

Revista Iberoamericana de Turismo



A preservação das ruínas do Forte São Joaquim: sua importância para o turismo e para o patrimônio cultural roraimense¹

Thais Felipe Rosa

Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural no Âmbito local pela Universitat de Girona, Espanha.
Aluna Bolsista do Mestrado Profissionalizante do
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasil
E-mail: thaisfr2004@yahoo.com.br

Analucia Thompson

Doutorado em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal.
Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasil
E-mail: anathompson@iphan.gov.br

Resumo

Em função da carência de discussão, informação e estudos sobre as Ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco - localizada em Roraima, Extremo Norte do Brasil-, por parte do Estado e das instituições ligadas à cultura, educação, meio ambiente e sociedade civil em geral, foi identificada pela mestrandia a necessidade de realizar entrevistas com uma parcela de membros da comunidade roraimense que possui algum conhecimento a respeito das Ruínas do Forte São Joaquim, com o objetivo de aproximar o IPHAN da comunidade e entender qual é o pensamento em geral da mesma sobre a preservação das ruínas a fim de torná-las acessíveis ao uso público e desenvolvimento do turismo.

Palavras-chave: Preservação; Patrimônio; Turismo, Ruínas do Forte São Joaquim

1 INTRODUÇÃO

O Forte São Joaquim do Rio Branco representa um marco da conquista da colonização dos portugueses na área mais ao norte do Brasil e da América. Foi construído em 1775 para evitar invasão dos espanhóis, ingleses e holandeses. Além disso, o Forte representa também a memória dos colonizadores e dos povos indígenas que ali viviam e trabalharam para a sua construção².

As ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco estão localizadas no município de Bonfim, a 40 quilômetros da cidade de Boa Vista, por via terrestre. O Forte foi instalado

¹ Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. Uma versão foi publicada nos Anais do evento.

² O presente artigo sintetiza parte das pesquisas realizadas para a elaboração da dissertação do mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN, Rio de Janeiro, intitulada *Ruínas do Forte São Joaquim: o uso turístico e a preservação do patrimônio cultural* (ROSA, T.F. 2014).

na confluência do rio Uraricoera com o rio Tacutu, formadores do rio Branco, distando da capital uma hora e meia de barco. Atualmente, o local se encontra fechado, pois está inserido em uma fazenda privada, pela qual seu proprietário é o responsável.

O Forte São Joaquim foi tombado pelo Governo do Estado de Roraima pelo Decreto n.4.241. de 22 de abril de 2001, como um sítio histórico com uma área total de 25.738,47 metros quadrados. O Forte está tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde o dia 11 de setembro de 2014, e inscrito nos livros do Tombo Histórico e Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Como dito anteriormente, o Forte se encontra em ruínas; muitas de suas pedras e de seus canhões foram saqueados ao longo dos anos. A área ocupada pelo conjunto da fortificação estava tomada por vegetação desde 2000, quando foi realizada uma limpeza pelo Exército Brasileiro, a fim de utilizar o espaço para comemorar os 500 anos do Brasil. No final de 2014, o local passou por uma limpeza técnica, porém, ainda se encontra fechado para visitação, por motivos de segurança e para evitar uma maior degradação e saques de seus vestígios arqueológicos. Todavia, a questão da proteção e visitação do Forte tem sido discutida já há muitos anos em documentos e livros publicados por membros da sociedade e instituições ligadas ao Exército.

Nosso objetivo geral neste artigo foi registrar a opinião e o conhecimento que alguns membros da comunidade roraimense possuem a respeito da atual situação em que se encontram as ruínas do Forte São Joaquim e identificar, com base na coleta desses dados, qual seria, segundo os entrevistados, a melhor forma de preservar as ruínas do Forte e o que eles gostariam de ver ao visitar o lugar.

Partimos, inicialmente, do levantamento bibliográfico, que contou com pesquisas e coletas de informações sobre o processo de tombamento do Forte São Joaquim, sobre livros e artigos acadêmicos que tinham como o tema as ruínas do Forte, e dos projetos realizados pela sociedade civil e instituições públicas. Realizamos, também, entrevistas com 55 pessoas envolvidas com o tema de algum modo. O trabalho de coleta das entrevistas ocorreu nos meses de agosto e setembro de 2013 e em fevereiro, março, abril e maio de 2014.

2 AS FORTIFICAÇÕES, O TURISMO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

As fortificações são consideradas como obras de arquitetura, herdadas do passado com valor histórico e artístico, que representam o marco da conquista do território pelos colonizadores. Para Almeida (2014, p.21), com a evolução dos recursos bélicos, os fortes, fortins e fortalezas perderam sua principal função militar e passaram a ser “testemunhos de teorias e práticas passadas”. Além disso, alguns deles acabam entrando em estado de arruinamento, pelo fato de não possuírem maior visibilidade e importância, como a Fortaleza do Príncipe da Beira, em Rondônia, e as ruínas do Forte São Joaquim, em Roraima.

Em 1938, ou seja, um ano após a criação do instrumento de tombamento, foi registrado, como arquitetura militar, nos livros do Tombo Histórico e no de Belas Artes, um total de 24 fortificações, mesmo aquelas em ruínas, ou remanescentes; todas situadas na região Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. Para Almeida (2014, p. 21), além do tombamento, faz-se necessário pensar na preservação e no uso desses bens; o que não é uma tarefa fácil, pois, na maioria das vezes, esses bens se tornam “espaços ociosos e de custosa manutenção”.

Uma minoria dos fortes possui ainda finalidades militares, como, por exemplo, o Forte de São Diogo e o Forte São Pedro, na Bahia. Outros funcionam como museus

históricos, como os fortes de São José, em Macapá, e Cinco Pontas, em Recife. Alguns bens tiveram seus espaços cedidos para uso de instituições públicas de pesquisa, como foram os casos da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim e o de Santo Antônio, em Santa Catarina. A fim de evitar o arruinamento de fortes tombados, o IPHAN assumiu obras de restauração e a administração de fortificações arruinadas, como, por exemplo, nos casos do “Forte de Nossa Senhora dos Remédios, em Paraty (RJ), e o de Nossa Senhora dos Prazeres, em Paranaguá (PR)” (ALMEIDA, 2014, p.23).

Pelo fato da maioria das fortificações estarem instaladas em locais estratégicos, segundo Almeida (2014), as mesmas possuem uma vista privilegiada, pois muitas estão em pontos elevados, colinas, pequenas ilhas ou à beira dos rios de fronteira. Esse fator é um atrativo motivador para o desenvolvimento da atividade turística, sendo uma alternativa para o uso desses bens, como foi, por exemplo, o caso da Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, que foi aberta à visitação turística.

Podemos citar o caso do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, que chega a ter mais de 780 mil visitantes por ano, mais do que qualquer outro museu da cidade³. Em Niterói, o complexo da Fortaleza de Santa Cruz, que mesmo de difícil acesso, recebeu mais de cinquenta mil visitantes por ano na década de 1990. E também o Forte Duque de Caxias, no Leme, e a Fortaleza de São João, na Urca, ambos localizados no Rio de Janeiro e muito procurados pelos visitantes. (CASTRO, 2013).

Ao visitar o Forte de Copacabana, pode-se conhecer o museu estruturado para receber visitantes, além de se desfrutar da paisagem. No caso do Forte Duque de Caxias e da Fortaleza da Urca, os pontos valorizados são sua arquitetura, a paisagem, pequenas lanchonetes e lojas de souvenirs. Entretanto, existem outros casos de fortes que não estão preparados para receber os visitantes locais e os turistas e, mesmo assim, a procura pela visitação é grande, como no caso “do complexo da Fortaleza de Santa Cruz em que funcionam unidades militares operacionais, que têm como prioridade atuar em questões de defesa” (CASTRO, 2013, p.10).

Para Santos Junior e Botelho (2013), as fortificações devem ser usufruídas de modo sociocultural, sendo valorizadas no presente para que, no futuro, ainda continuem sendo usufruídas. Devem assim participar de um intercâmbio de expressões culturais indo além do tema bélico-militar. São espaços reais que tornam possível a troca de conhecimentos do passado com o presente, conectando pessoas, tornando possível o diálogo entre as identidades de diversos grupos.

3 A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DO FORTE SÃO JOAQUIM DO RIO BRANCO

O Forte foi construído em 1775, pelo tenente e engenheiro Filipe Sturm – alemão contratado pelos portugueses –, conta Matos (1844 *apud* CASTRO, 2011). A construção foi erigida em alvenaria, e para fazer a argamassa foi usado o barro, que torna a estrutura relativamente mais resistente. O Forte tinha no máximo 18 metros em sua maior extensão, com muralhas baixas (5,4 m), e um reparo, o espaço destinado aos canhões, que era bem restrito, destinado a canhões de pequeno calibre. O Forte não possuía um modelo abaluartado clássico, os quartéis eram pequenos, com capacidade para comportar quinze ou dezesseis praças, como são chamados os soldados rasos (MATOS, 1844 *apud* CASTRO,

³ Em 2012, o Museu do Exército-Forte de Copacabana recebeu 781.933 visitantes: 697.822 pagantes, 71.145 gratuitos e 12.966 em grupos de visitantes. Dados gentilmente cedidos por Rafael Fraga Gutterres, Chefe da Divisão de Museologia do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana (CASTRO, 2013, p.10).

2011). Assim, com base nas descrições históricas, o Forte São Joaquim era um fortim, e não um forte como é dito popularmente.

Para Castro (2011, p.3), no entorno do Forte São Joaquim havia vilas indígenas, após as pesquisas arqueológicas realizadas na área, sendo uma fonte importante para estudar a história do país e do estado de Roraima nessa fase de ocupação pelos portugueses. A localização do Forte também é importante, pois está localizado às margens do rio Branco, foi através do rio que era possível fornecer escravos índios para o mercado interno colonial e, além disso, ocupar uma posição estratégica, que deveria ser defendida a fim de evitar a expansão dos espanhóis e holandeses (FARAGE, 1991, p.56).

Na década de 1900, o Forte São Joaquim foi desativado e ficou por muitos anos em estado de abandono (OLIVEIRA, 2011). Segundo Miranda (1993), o Forte foi esquecido por muitos anos, parte de suas pedras foram consideradas fonte de matéria-prima para uso nas construções na Fazenda São Marcos, sendo retirados “grandes blocos de laterita que compunham as paredes da fortificação” (ANDRELLLO, 2010).

Segundo os técnicos do IPHAN-Roraima a melhor forma de preservar as ruínas, e que ocorra a restauração das mesmas, seguindo o pensamento da Carta de Veneza e a filosofia de restauração de Cesare Brandi, que vão contra o falseamento da história e defendem a preservação e conservação da matéria original.

A Carta de Veneza (1964, p. 01-02) é um documento internacional, no qual foram formulados princípios de conservação e restauração de monumentos e sítios, que advogavam que esses bens fossem transmitidos “na plenitude de sua autenticidade [...] a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico”. Em seu artigo 5º, é destacada a importância de ser destinada uma função ao patrimônio cultural, todavia, respeitando o monumento histórico local:

A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes (IPHAN, 2013, p.02).

Segundo o arquiteto italiano Cesare Brandi (2004, p. 25 -26), a restauração é um método de reconhecimento do valor da obra de arte em sua parte física, estética e histórica, com o objetivo de transmiti-la para o futuro (BRANDI, 2004, p.30). E a restauração deve restabelecer sua unidade, “sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (BRANDI, 2004, p.33). Para o autor, a falsificação do monumento, corresponde a um ponto de vista pragmático ao construir uma nova obra, sem ser a mesma, feita naquela época e naquele período. A obra falsa receberá uma atribuição de um valor singular, que não lhe é o verdadeiro. Uma obra original é aquela que não teve variações ou imitações. Sendo assim, um falso histórico, ou falso artístico possui a intenção de induzir ao engano (BRANDI, 2004, p.115). Para Brandi (2004, p.74-75), o refazimento não é uma atividade da restauração, é um fazer humano no presente, é uma nova unidade, diferente da antiga, que tenta reproduzir o que foi sem a pátina do tempo.

Sendo assim, baseada nas ideias da Carta de Veneza e de Brandi, a equipe do IPHAN-RR defende que sejam preservadas as ruínas do Forte São Joaquim e que, no máximo, seja construída uma maquete em grande tamanho para retratar como era o Forte antigo, além de serem instaladas infraestruturas para que as ruínas sejam visitadas, evitando

o máximo possível de impacto no local. E essas ações somente poderão ser implantadas após os estudos arqueológicos, de impacto ambiental, de capacidade de carga, a limpeza técnica. Todas essas etapas deverão ser realizadas por profissionais, para, posteriormente, ser feito um projeto de uso público do espaço, por meio de um turismo social, sustentável, cultural, histórico, científico, arqueológico, envolvendo todas as áreas em que a visita ao espaço possa agregar um conhecimento. Sendo assim, será perceptível para todos que não houve um falseamento histórico e sim uma valorização do espaço e de suas ruínas.

Assim, no artigo, defendemos o uso do turismo cultural para as Ruínas do Forte São Joaquim, para valorizar e reconhecer a riqueza da diversidade cultural e natural encontrada no estado de Roraima, levando as pessoas a conhecerem e refletirem sobre o patrimônio cultural, tornando-se cidadãos mais críticos, e não apenas “consumidores passivos da cultura” (FUNARI e PINSKY, 2003, p.10-11).

Além disso, o turismo no local, deve ser sustentável em todos os seus usos, priorizando a abordagem preservacionista do meio, gerando o menor impacto social e ao meio ambiente, levando benefícios aos moradores locais, como emprego, distribuição de renda e melhoria na qualidade de vida (BENI, 1999, p.13). Um “turismo de qualidade pode se tornar economicamente viável, desde que associado à proteção dos espaços naturais e a excelência dos serviços e equipamentos oferecidos” aos visitantes (RUSCHMANN, 2003, p. 27).

4 A IMPORTÂNCIA DO FORTE SÃO JOAQUIM PARA OS ENTREVISTADOS

Para a realização das entrevistas foi utilizado o método *snowball*, ou bola de neve, no qual o procedimento de escolha dos entrevistados se apoiou nas indicações feitas a partir do primeiro indivíduo, o qual indicava os seguintes e, assim, sucessivamente. As cadeias de referência são vantajosas, pois, ao lidar com “redes sociais complexas, como uma população oculta, por exemplo, é mais fácil um membro da população conhecer outro membro do que os pesquisadores identificarem os mesmos”, sendo um fator importante para as pesquisas sociais que possuem o objetivo de se aproximar de “situações sociais específicas” (ALBUQUERQUE, 2009, *apud*, BALDIN e MUNHOZ, 2011, p. 333).

Foram utilizadas entrevistas padronizadas, estruturadas com um roteiro previamente estabelecido; sendo assim foi escolhida a entrevista diretiva ou fechada (MANZINI, 2004). As entrevistas foram gravadas com câmera digital e seguiram um roteiro de perguntas abertas a respeito dos dados pessoais do participante e, depois, perguntas específicas a fim de investigar: 1) se as pessoas já conheciam e se já visitaram as Ruínas; 2) se possuem algum envolvimento com a história das Ruínas do Forte; 3) se acreditam que as mesmas representam determinada memória; 4) se elas devem ser conservadas e qual a melhor forma para isso; 5) se consideram as ruínas abandonadas e se existem culpados por esse fato; 6) se acreditam que os tombamentos estadual e federal garantem a preservação das ruínas; 7) caso houvesse um roteiro guiado de visitação ao local, se eles gostariam de visitar; 8) o que eles gostariam de ver ao visitar o espaço; 9) se a visita ao bem cultural ajudaria na preservação; 10) o que impede que hoje o local seja visitado; 11) qual o papel da instituição em que trabalha na proteção das ruínas; 12) quem indicaria para a próxima entrevista.

As entrevistas tiveram como foco uma amostra formada por membros da sociedade roraimense ligada à gestão do patrimônio cultural e ambiental que trabalhassem na área de educação, turismo, pesquisa, como também antigos moradores aposentados que tivessem alguma ligação com o tema da pesquisa.

Foram entrevistados 55 membros da comunidade que representam os gestores de instituições públicas e privadas ligadas à cultura, educação, meio ambiente e turismo, entre outros moradores locais do estado de Roraima. Indagada sobre o principal significado do Forte São Joaquim, a maioria respondeu que o Forte remete à memória da conquista do Território Norte do Brasil pelos portugueses na luta contra a ocupação dos espanhóis, ingleses e holandeses dessa região.

Após esse registro de informações sobre as Ruínas do Forte com base na percepção de uma parte da comunidade, notou-se que ainda se faz necessário um maior envolvimento, divulgação, e ações de educação patrimonial por parte do IPHAN-RR para com a população, que em sua grande maioria desconhece a existência das ruínas.

As expectativas do uso desses fortes para visitação puderam ser conferidas na pesquisa realizada com 55 roraimenses. Consideramos que essa parte do trabalho é de extrema importância, pois acreditamos que o patrimônio cultural só pode ser preservado com a participação da comunidade que está diretamente envolvida com o bem em questão. A ideia de patrimônio cultural, mesmo que identificado por seu valor nacional, deve ter significado para a população responsável por sua preservação, a qual, por sua vez, não pode estar desvinculada do uso que essas pessoas esperam que ele ofereça. Assim, se o turismo for um dos usos adequados às ruínas do Forte São Joaquim, defendemos que ele seja realizado de forma inclusiva, respeitando os anseios, valores culturais e costumes da população à qual se destina. Nesse sentido, torna-se necessário planejar o uso do patrimônio local, por isso foi nosso objetivo ouvir e registrar, primeiramente, a opinião dos gestores ligados ao patrimônio, à cultura, à educação, ao meio ambiente e ao turismo em Roraima, pois são eles que estão à frente das políticas públicas patrimoniais.

Como resultado das entrevistas, percebemos que 90% dos entrevistados já visitaram as ruínas do Forte São Joaquim. A grande maioria se decepcionou e ficou muito triste ao ver o Forte em ruínas; ficaram surpresos, frustrados, pois tinham a esperança de ver algo mais. Quando visitaram as ruínas, o local estava coberto de mato, retratando a imagem de abandono de um patrimônio considerado como representativo da cultura e do passado do país.

O maior número de entrevistados acredita que as ruínas do Forte São Joaquim são importantes para o estado de Roraima e para o Brasil, sendo representantes de sua memória e história, porém se ressentem de que as mesmas se encontram abandonadas e que poucas ações sejam realizadas no espaço para preservar e divulgar a sua importância histórica. Foram poucos os que afirmaram que as ruínas não possuem valor e, por isso, deveria ser reconstruído o Forte como era no século XVIII. Entre os entrevistados, predominou a opinião de que as ruínas necessitam de melhorias em seu acesso por via terrestre, ou seja, o acesso deveria ser democratizado, com a inserção no local de uma infraestrutura mínima para receber os visitantes e com a criação de instrumentos que permitissem a compreensão das ruínas com atividades de educação patrimonial.

De forma geral, os interesses dos entrevistados se voltaram para as seguintes propostas para intervenção no espaço: a construção de uma réplica do Forte ao lado das ruínas e a conservação das ruínas originais; o restauro das ruínas; a reconstrução do Forte; a revitalização com a construção de um museu e de uma maquete; o estímulo ao turismo cultural, científico, pedagógico, social, sustentável, histórico, com restauro e conservação das ruínas, com laboratório de pesquisa etc. Independentemente de conhecerem ou não a distinção entre os conceitos de reconstrução, revitalização, restauração, conservação, o que desejam é que as ruínas não caiam no esquecimento.

As ruínas do Forte São Joaquim necessitam ainda passar pelos estudos arqueológicos, e ainda será decidida como será realizada a sua restauração, seguindo ou não

as ideias de Brandi (2004) e da Carta de Veneza (1964), que defendem que ruínas devem ser valorizadas do jeito que se encontram, pois são autênticas e testemunhos históricos. Um dos principais pontos defendidos no trabalho é que conforme Brandi (2004), a reconstrução ou a réplica traria um falseamento histórico, que poderia desencadear a espetacularização do patrimônio e a transformação das ruínas em produto de consumo, restringindo a reflexão sobre o passado e seus significados ligados à identidade e à memória dos grupos sociais envolvidos. Por isso, defendemos um uso do local que evite a superficialidade, adulteração, buscando a autenticidade da cultura local (SANT'ANNA, 2003, CASTRO, 2013).

Embora esses conceitos não sejam fundamentais para o significado que as ruínas do Forte São Joaquim apresentam para os roraimenses, consideramos que o conhecimento deles seja importante para os gestores das políticas culturais ao planejar o uso turístico no local.

É nesse sentido, que acreditamos ser possível desenvolver um turismo inclusivo, social e sustentável com um uso do local que estimule as pessoas a refletirem sobre o seu passado através de visitas às ruínas. Essa postura corresponde aos anseios da maior parte dos entrevistados, que manifestou o interesse em visitar as ruínas, pois estas representam fragmentos do passado, símbolo e memória da defesa do território na Amazônia, por serem testemunho e lembrança viva do passado, por serem a continuidade do passado no presente, por representarem a obra finalizada que resistiu às ações do homem, da cultura e da natureza.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. M. de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas.** (Dissertação de Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009.

ANDRELLO, G. **Fazenda São Marcos: de próprio nacional a terra indígena.** In: Roraima: Homem, Ambiente e Ecologia / organização de Reinaldo Imbrózio Barbosa e Valdinar Ferreira Melo. Boa Vista: FEMACT, 2010.

ALMEIDA, L. F. **O valor cultural da arquitetura militar e sua preservação.** Revista Da Cultura. Ano VI. N.11. Disponível em: <http://www.funceb.org.br/images/revista/8_3r1u.pdf> .Acesso em: 09/04/2014.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. **Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária.** In: X Congresso Nacional de Educação - Educere. Curitiba, 2011.

BENI, M. C. . **Globalização do Turismo.** Boletim dos Cursos de Turismo e de Administração Hoteleira Unibero, São Paulo, 1999.

BRANDI, C. **Teoria da restauração.** Cotia: Ateliê, 2004.

CASTRO, A. H. F. **Estudos históricos sobre o forte de São Joaquim do Rio Branco.** IPHAN. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2011.

_____. **Muralhas da memória:** fortificações, patrimônio e turismo cultural. 2013. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=903&path%5B%5D=362>> Acesso em: 19/08/ 2014.

FARAGE, N. **As muralhas dos sertões:** os povos indígenas do rio Branco e a colonização, Paz e Terra/ ANPOCS. 1991.

FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

IPHAN. **Carta de Veneza, 1964.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 20/06/2013.

MANZINI, E. J. **Entrevista semi-estruturada:** análise de objetivos e de roteiros. In:Seminário Internacional de pesquisa e estudos qualitativos. A pesquisa qualitativa em debate, Bauru, 2004. Bauru: SIPEQ, 2004.

MATOS, J. H. **Exposição analítica do Forte de São Joaquim do Rio Branco, de Missão do Mcuxi no Rio Pirará, e do Forte de São José da Barra do Rio Negro.** Biblioteca Nacional. 1844.

OLIVEIRA, R.C. **Informação técnica sobre as perspectivas de socialização do patrimônio histórico roraimense contidas no projeto “Memória do Forte São Joaquim do Rio Branco.”** Informação técnica nº 003/2011 DT/Superintendência Estadual de Roraima/IPHAN. 2011.

ROSA, T. F. **Ruínas do Forte São Joaquim:** o uso turístico e a preservação do patrimônio cultural. (Dissertação Mestrado). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e Planejamento Sustentável:** a proteção do meio ambiente.10. ed. Campinas, SP : Papirus, 2003.

SANT’ANNA, M. **A cidade-atração.** Patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. 2003.

SANTOS JUNIOR, J.C. e BOTELHO, A. C. B. **As fortificações brasileiras como ícones de patrimônio, turismo e desenvolvimento social.** 2013.

***The preservation of Fort São Joaquim ruins:
their importance for tourism and cultural heritage of Roraima.***

Abstract

Due to the lack of discussion, information and studies about the ruins of Fort São Joaquim do Rio Branco-located in Roraima, Extreme North of Brazil-, by the State and institutions related to culture, education, environment and civil society in general, a need was identified by the MSc student for interviews with some members of the community in Roraima, that have some knowledge about the ruins of the Fort São Joaquim, with the goal of nearing IPHAN to the community and understand what they thought about the preservation of the ruins to make them accessible to the public use and development for tourism.

Keywords: *Preservation; Tourism; Heritage; Ruins of the Fort São Joaquim*

Artigo recebido em 06/11/2014. Aceito para publicação em 10/03/2015.